



Conselho Nacional de Justiça

Autos: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - 0007234-04.2016.2.00.0000

Requerente: UNIRB - UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA e outros

Requerido: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO - TRT5 e outros

PROCEDIMENTOS DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO. PROVIMENTO. CRIAÇÃO DA "PENHORA UNIFICADA". PODER REGULAMENTAR. AUTONOMIA DOS TRIBUNAIS.

1. Aferição da legalidade do Provimento Conjunto GP-GCRT5 n. 0010, de 13 de julho de 2015, editado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, com a finalidade de regulamentar o procedimento relativo à "penhora unificada".

2. Nos termos do art. 35, §1º, do aludido provimento "[a] penhora unificada é procedimento que visa a administração e simplificação dos atos de constrição judicial incidente sobre bens ou patrimônio de um mesmo devedor ou grupo de devedores solidários, com número expressivo de execuções contra si, pulverizadas em distintas Varas do Trabalho, porém pendentes de garantia satisfatória ou onde seja manifesta a postura procrastinatória, de ocultação de bens ou a prática de atos atentatórios à dignidade da justiça pelo(s) devedor(es), tendo como desiderato principal abreviar o tempo transcorrido entre a penhora e a regular expropriação judicial dos bens".

3. O provimento editado pelo TRT5 não macula a legislação vigente à época da sua edição (CLT e CPC/73), bem como com a nova legislação (CPC/15), por não ter extrapolado o disposto pelas normas de regência, tendo apenas regulamentado o procedimento de penhora no âmbito daquele Tribunal, nos limites estabelecidos nos arts. 96 e 99 da CF/88.

4. A "penhora unificada" potencializa o ato executivo

pela administração judiciária, em favor dos credores, uma vez que facilitará o acesso aos bens dos devedores, além de atender ao postulado da devida prestação jurisdicional, concretizado no princípio do devido processo legal.

5. Não retira dos credores os seus direitos básicos dentro do processo judicial, tais como o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, e a devida fundamentação das decisões judiciais.

6. A análise do ato normativo frente à Constituição Federal é atribuição que não compete ao Conselho Nacional de Justiça, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

7. A Coordenadoria de Execução e Expropriação foi criada por ato de delegação da Presidência, que é órgão jurisdicional do Tribunal, razão pela qual não prospera a alegação de que houve criação de órgão jurisdicional sem previsão regimental, em afronta ao art. 21, III, da LOMAN.

8. A nova redação do art. 878 da CLT veda tão somente a atuação de ofício do Presidente do Tribunal e não a existência em si do procedimento da penhora unificada.

9. Procedimentos de Controle Administrativo julgados improcedentes (PCA n. 0002727-29.2018.2.00.0000 e PCA n. 0003650-55.2018.2.00.0000).

10. Recurso administrativo conhecido e desprovido (PCA n. 0007234-04.2016.2.00.0000).

ACÓRDÃO

O Conselho, por unanimidade, negou provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Declarou impedimento, o Conselheiro Valtércio de Oliveira. Plenário Virtual, 16 de novembro de 2018. Votaram os Excelentíssimos Conselheiros Dias Toffoli, Humberto Martins, Aloysio Corrêa da Veiga, Iracema do Vale, Daldice Santana, Márcio Schiefler Fontes, Fernando Mattos, Luciano Frota, Arnaldo Hossepian, Valdetário Andrade Monteiro, André Godinho, Maria Tereza Uille Gomes e Henrique Ávila. Não votaram os Conselheiros Valtércio de Oliveira, em razão do impedimento, e o representante do Ministério Público da União, em razão da vacância do cargo.

Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - 0007234-04.2016.2.00.0000**
Requerente: **UNIRB - UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA e outros**
Requerido: **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO - TRT5 e outros**

RELATÓRIO

Trata-se de Procedimentos de Controle Administrativo, propostos por **CLAUDIO COSTA E CASTRO** (PCA 0002727-29.2018.2.00.0000); **SINDICATO DOS HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DOS ESTADOS DA BAHIA - SINDHOSBA** (PCA 0003650-55.2018.2.00.0000); e **UNIRB - UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA E OUTROS** (PCA 0007234-04.2016.2.00.0000), contra ato normativo (Provimento Conjunto GP-GCRTRT5 nº 0010) editado pelo **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO - TRT5**, no qual instituiu o procedimento de "penhora unificada" no âmbito de sua jurisdição.

Da decisão monocrática proferida no PCA 0007234-04.2016.2.00.0000, em 13.06.2017, pelo então Conselheiro Gustavo Tadeu Alkmin, contra a qual se insurgem UNIRB e outros, extrai-se o seguinte relatório:

Trata-se de Procedimento de Controle Administrativo no qual os requerentes (ID 2078355) propugnam pela sustação do Provimento Conjunto GP-GCRTRT5 nº 0010, de 13 de julho de 2015 (Id 2078405), Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT5, que "*Consolida as normas relativas à Coordenadoria de Execução e Expropriação, atualiza procedimentos aplicáveis aos Núcleos de Hastas Públicas, de Apoio à Execução e Pesquisa Patrimonial e à Coordenadoria de Distribuição de Mandados Oficiais; e cria, no âmbito do TRT5, o Juízo de Conciliação de Execução e o Núcleo de Cooperação Judiciária, revogando os Provimentos GP/CR 10/2006, GP/CR 01/2010 e GP/GCR 003/2014*".

Aduzem, em suma, que o procedimento de penhora unificada, instituído pelo normativo referenciado, inaugura normas de direito processual, cuja competência legislativa é privativa da União, nos termos do inciso I, do art. 22, da Constituição Federal, razão pela qual não poderia o Tribunal, por meio de ato administrativo, ter previsto o aludido procedimento.

Nos pedidos, requereram a nulidade do mencionado provimento e intimação do ex-presidente e ex-corregedor do TRT5, que, à época, assinaram o ato administrativo.

Instado a se manifestar sobre o requerimento inicial (Id 2117806), o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT5

informa que o ato normativo questionado prevê a figura da penhora unificada, *"que consiste na cumulação de procedimentos expropriatórios contra um mesmo devedor ou grupo, possuindo natureza de reunião de rotinas procedimentais de execuções. Para tanto, é eleito um 'processo piloto', ou 'cabeça', onde se desenvolverão os atos processuais com consequências em extensíveis a inúmeros processos"*.

Assevera que o ato foi editado na gestão anterior e que de fato não encontra previsão legal constitucional, pelo que entende a atual presidência do Tribunal, pela necessidade de revisão da norma, por se tratar de procedimento de penhora sem respaldo em lei.

Entende que a penhora unificada *"ao invés de resultar em celeridade, pode trazer maior atraso processual e prejuízo aos credores, na medida em que cada processo de execução pode estar numa diferente fase ou estágio, de modo que se realiza uma única penhora sem que se conheça sequer o real valor das dívidas, gerando inúmeros expedientes e recursos à 2ª Instância, atrasando ainda mais a prestação jurisdicional"*. Nessa esteira, destaca a existência de movimento entre os juízes no sentido de revogação do dito Provimento 10/2015, *"dadas as dificuldades que a norma acaba por produzir"*.

Em nova manifestação (Id 2124281), os requerentes reiteraram o pleito de intimação dos desembargadores que, à época da edição do provimento atacado, eram presidente e corregedor do TRT5, e pugnam pela aplicação do art. 95, inc. III, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, que possibilita ao Plenário do CNJ determinar o afastamento da autoridade competente pela prática do ato impugnado (Id 2134770).

Os recorrentes reiteram o pedido inicial de declaração de nulidade do Provimento Conjunto GP-GCRT5 n. 0010, de 13 de julho de 2015, argumentando, em síntese, que o procedimento de penhora unificada, instituído pelo ato normativo referido, inaugura normas de direito processual, cuja competência legislativa é privativa da União, nos termos do inciso I, do art. 22, da Constituição Federal, razão pela qual não poderia o Tribunal, por meio de ato administrativo, ter editado o aludido procedimento (Id. 2207797).

Devidamente intimado para prestar contrarrazões ao recurso administrativo (Id. 2218909), o TRT da 5ª Região não se manifestou (Id. 2242465).

Mediante despacho de Id. 2246877, o Conselheiro Valtércio de Oliveira declarou seu impedimento para atuar no feito e determinou sua livre redistribuição. O procedimento foi a mim distribuído, então, em 06.04.2018.

Posteriormente, em 26.04.2018 e em 28.05.2018, **CLAUDIO COSTA**

E CASTRO (PCA n. 0002727-29.2018.2.00.0000) e **SINDICADO DOS HOSPITAIS E ESTABELECIMENTO DE SERVIÇOS** (PCA n. 0003650-55.2018.2.00.0000) instauraram Procedimentos de Controle Administrativo, com pedido de medida liminar, nos quais também pugnam pela desconstituição do Provimento Conjunto GP-GCRTRT5 N. 0010, nos mesmos moldes tratados no PCA n. 0007234-04.2016.2.00.0000.

Os procedimentos foram inicialmente distribuídos aos Conselheiros Luciano Frota e André Godinho, respectivamente, que remeteram os autos ao meu gabinete. Reconheci a ocorrência da prevenção e determinei a redistribuição dos feitos, que foram a mim distribuídos em 23.05.2018 e 05.06.2018.

Nestes procedimentos, reproduzem os requerentes os argumentos do PCA 0007234-04.2016.2.00.0000, no sentido de que o Provimento Conjunto GP-GCRTRT5 n. 0010 estabelece normas de direito processual, cuja competência legislativa é privativa da União, nos termos do art. 22, I, e art. 61, §1º, II "a", da Constituição Federal, razão pela qual não poderia o Tribunal, por meio de ato administrativo, ter editado o aludido ato normativo.

Sustentam, ainda, que a Constituição Federal determinou que os órgãos jurisdicionais dos tribunais sejam constituídos e regulados mediante seus regimentos internos (art. 96, I, "a", CF), para refletir a vontade do tribunal como um todo e não somente a de seu Presidente ou Corregedor.

E que, apesar disso, a Coordenadoria de Execução e Expropriação - Núcleo de Hastas Públicas do TRT5, criada pelo ato administrativo impugnado com poderes jurisdicionais, não possui previsão de órgão jurisdicional definida no Regimento Interno.

Aduzem, no entanto, que a competência do órgão criado advém de delegação da Presidência do TRT5, conforme art. 1º, § 1º e § 2º do Provimento Conjunto GP-GCRTRT5 n. 0010. Por essa razão, defendem a caducidade do Provimento Conjunto GP-GCRTRT5 n. 0010 diante da Lei n. 13.467/2017, que excluiu a competência do presidente do tribunal para promover a execução trabalhista de ofício, a não ser para as partes que não estiverem representadas (art. 878, CLT).

Argumentam, nesse sentido, que não é possível delegar-se uma competência que não se detém. Deduzem que se trata de juízo não natural ou de exceção, por isso pedem a extinção da competência da

Coordenadoria de Execução e Expropriação - Núcleo de Hastas Públicas.

Requerem a concessão da medida liminar para suspender a eficácia do Provimento Conjunto GP-GCRTRT5 n. 0010. No mérito, pugnam pela desconstituição do ato referido, por violação à Constituição Federal, bem como pela supressão de competência do Presidente do TRT para promover a execução de ofício nos processos com assistência de advogados.

Em suas informações, o TRT5 informa que *"a organização de núcleo de apoio à execução trabalhista foi fomentada e exigida expressamente pela Meta 5 do Conselho Nacional de Justiça, com vistas à maior eficiência e celeridade na efetividade da prestação jurisdicional, justamente porque a execução sempre se delineou como obstáculo à consolidação do que foi decidido em sentença de conhecimento"*.

Alega que a modificação do art. 878 da CLT apenas limitou o impulso ou o ato de dar início à execução, mas, *"uma vez iniciada e preenchendo os requisitos para consecução dos atos próprios da Central de Execução, nada obsta a que os Juízes Executórios continuem dando seguimento nos processos trabalhistas em fase executória"*.

Ressalta que a atuação de ofício dos Juízes da Coordenadoria de Execução e Expropriação prevista no Provimento Conjunto GP-GCRTRT5 n. 0010 se restringe à designação de audiência para tentativa de conciliação (art. 3º, XVIII).

O Tribunal requerido esclarece, ainda, que o ato impugnado não cria vagas para juízes e servidores com função comissionada, mas apenas define a composição da Central e da Coordenadoria de Execução e Expropriação.

Em 22.06.2018, o SINDHOSBA reiterou o pedido de medida liminar nos autos do PCA 0003650-55.2018.2.00.0000, apontando que nestes autos foram arguidos pontos não suscitados no PCA 0007234-04.2016.2.00.0000, como o descumprimento aos art. 96, I, "a" e 61, § 1º, II, "a" da Constituição Federal, assim como o art. 21, III, da LOMAN e o art. 878 da CLT.

Em 23.07.2018, reiterei intimação ao TRT5 para apresentação de contrarrazões (Id. 3166001), que foram lançadas no Id. 3174467, contemplando os mesmos argumentos das informações já prestadas nos PCAs 0002727-29.2018.2.00.0000 e 0003650-55.2018.2.00.0000.

Considerando que os procedimentos possuem o mesmo objeto, para otimizar a análise da matéria, reúno-os para julgamento conjunto.

É o relatório.

Conselho Nacional de Justiça

Autos: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - 0007234-04.2016.2.00.0000
Requerente: UNIRB - UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA e outros
Requerido: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO - TRT5 e outros

VOTO

Foram propostos 3 (três) procedimentos com o objetivo de questionar o Provimento Conjunto GP-GCRTRT5 N. 0010, editado em 13 de julho de 2015, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT5, que *"Consolida as normas relativas à Coordenadoria de Execução e Expropriação, atualiza procedimentos aplicáveis aos Núcleos de Hastas Públicas, de Apoio à Execução e Pesquisa Patrimonial e à Coordenadoria de Distribuição de Mandados Oficiais; e cria, no âmbito do TRT5, o Juízo de Conciliação de Execução e o Núcleo de Cooperação Judiciária, revogando os Provimentos GP/CR 10/2006, GP/CR 01/2010 e GP/GCR 003/2014"*:

(i) PCA n. 0002727-29.2018.2.00.0000, instaurado por CLAUDIO COSTA E CASTRO;

(ii) PCA n. 0003650-55.2018.2.00.0000, instaurado pelo SINDICATO DOS HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DOS ESTADOS DA BAHIA - SINDHOSBA; e

(iii) PCA n. 0007234-04.2016.2.00.0000, instaurado pela UNIRB - UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA e OUTROS, ora analisado em grau de recurso.

Inicialmente, recebo o recurso administrativo interposto nos autos do PCA n. 0007234-04.2016.2.00.0000, por ter sido interposto

dentro do quinquídio regimental e passo à análise da matéria, comum aos 3 (três) procedimentos.

A questão foi previamente apreciada em decisão monocrática proferida em 13.06.2017, nos autos do PCA n. 0007234-04.2016.2.00.0000 pelo então Conselheiro Gustavo Tadeu Alkmin, nos seguintes termos:

Primeiramente, indefiro o pleito das requerentes de intimar os desembargadores que eram presidentes e corregedor regional à época da edição do Provimento Conjunto GP-GCRT5 nº 0010, de 13 de julho de 2015, uma vez que o ato foi editado no uso das atribuições legais e regimentais. Ademais, editado um ato pela presidência de um tribunal, ele "pertence" ao órgão, estando, inclusive, sujeito a controle administrativo interno. Foge à lógica jurídica tal aderência a título pessoal que os requerentes propõem, porquanto o ato administrativo se insere na hierarquia administrativa correspondente. Mesmo eventual declaração de nulidade do ato administrativo não implica, necessariamente, a responsabilização pessoal do administrador que não agiu com dolo ou má-fé - hipótese, aliás, sequer cogitada nos autos pelos requerentes.

Por outro lado, o suposto uso do cargo para cometer ilícitos penais ou administrativos, por qualquer meio, estará sujeito às penalidades correspondentes, em procedimento adequado, que, por óbvio, não se confunde com o presente procedimento de controle administrativo.

Neste PCA, o que se discute é a legalidade, ou não, do Provimento Conjunto GP-GCRT5 nº 0010, de 13 de julho de 2015, editado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, com a finalidade de regulamentar o procedimento relativo à "penhora unificada", e é a matéria a ser analisada.

Alegam os requerentes que o citado provimento afronta o art. 22, inc. I, da Constituição Federal, e viola o princípio da legalidade, uma vez que o tribunal estaria inovando no sistema jurídico, porquanto lei em sentido estrito não prevê a penhora unificada. Curiosamente, os argumentos dos requerentes foram referendados pelo próprio tribunal requerido - ou melhor, pela presidência atual do tribunal (que, em tese, poderia simplesmente conduzir internamente à revogação do ato).

Vejamos, pois, o normativo impugnado:

CAPÍTULO VI - DA PENHORA UNIFICADA Art. 35. Os Juízes da Coordenadoria de Execução e Expropriação poderão determinar a penhora unificada de bem ou patrimônio do(s) executado(s), o que poderá beneficiar tanto os processos em curso nas Varas do Trabalho da Capital como os dos Polos Regionais, na forma do artigo 3º, inciso XX deste Provimento.

§ 1º A penhora unificada é procedimento que visa a administração e simplificação dos atos de constrição

judicial incidente sobre bens ou patrimônio de um mesmo devedor ou grupo de devedores solidários, com número expressivo de execuções contra si, pulverizadas em distintas Varas do Trabalho, porém pendentes de garantia satisfatória ou onde seja manifesta a postura procrastinatória, de ocultação de bens ou a prática de atos atentatórios à dignidade da justiça pelo(s) devedor(es), tendo como desiderato principal abreviar o tempo transcorrido entre a penhora e a regular expropriação judicial dos bens.

§ 2º Para os fins do caput deste artigo, os Juízes da Coordenadoria da Execução e Expropriação oficialarão às Varas do Trabalho, anunciando a abertura do procedimento ou solicitarão, por meio eletrônico, dados relativos aos processos em curso naquela unidade judiciária, essenciais para a aferição da viabilidade de sua instauração.

§ 3º Em cumprimento à solicitação prevista no parágrafo 2º deste dispositivo, cada Vara do Trabalho, no prazo fixado, nunca inferior a 10 (dez) dias, remeterá ao Núcleo de Hastas Públicas, por meio eletrônico e observando o endereço eletrônico especificamente indicado para tal fim, uma planilha contendo a numeração de cada processo em curso naquela unidade judiciária contra o(s) devedor(es), a data de ajuizamento da ação, o valor individualizado devido a cada exequente, inclusive nas ações plúrimas, a data de nascimento de cada exequente, a data da última atualização dos cálculos, o valor das contribuições previdenciárias, fiscais, custas e demais despesas processuais.

§ 4º A critério dos Juízes da Coordenadoria de Execução e Expropriação, ao procedimento de penhora unificada poderá agregar-se o arresto cautelar unificado para os processos na fase cognitiva contra o(s) mesmo(s) devedor(es), tendo como desiderato garantir o resultado útil do processo, observando as mesmas premissas.

Art. 36. A instauração do procedimento de penhora unificada pressupõe decisão fundamentada acerca da sua conveniência ou necessidade, abrangência e condições de efetividade, devendo também conter os seguintes dados:

I - indicação de bens ou patrimônio suficiente para garantir a totalidade do passivo ou parte substancial do passivo do devedor ou devedores afetados;

II - listagem preliminar com a identificação dos processos beneficiados pelo procedimento, com totalização da dívida, devedor ou devedores afetados, ou, nas situações em que ainda não foram todos os processos e respectivos montantes identificados, a estimativa do passivo trabalhista;

III - dentre os processos afetados pela penhora unificada, indicação de um como principal, que tramitará no Núcleo de Hastas Públicas, escolhido, preferencialmente, dentre os que tiverem sentença com liquidação transitada em julgado;

IV - convocação, por edital, de uma comissão de advogados dos credores, com representantes das várias jurisdições,

quando o procedimento afetar simultaneamente processos em curso em varas do trabalho de localidades distintas, remetendo-se cópia da decisão para a Associação Baiana de Advogados Trabalhistas - ABAT e para a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;

V - expedição de um único mandado de penhora unificada e/ou arresto cautelar unificado que beneficiará todos os processos habilitados;

VI - definição do direito de preferência dos credores;

VII - designação da data da hasta pública unificada, quando couber.

§ 5º O procedimento de penhora unificada não interfere no curso regular dos processos que tramitam nas Varas do Trabalho contra o(s) devedor(es) afetados, sobretudo aqueles que obtiveram efetividade por seus próprios meios, devendo eventual saldo da execução neles existente ser revertido em benefício do processo principal a que se refere o inciso III deste artigo.

Art. 37. Cumprido o mandado de penhora unificada, inclusive com designação de depositário dos bens apreçados, averbação dos bens imóveis e ciência do(s) executado(s), será expedido edital para conhecimento de terceiros interessados e para convocação de comissão de advogados dos credores, remetendo-se cópia da decisão de instauração do procedimento e do mandado cumprido para as Varas do Trabalho.

§ 1º Se o procedimento de penhora unificada afetar algum dos grandes devedores trabalhistas a publicidade será feita, também, pelo site do TRT5, remetendo-se as informações para a Secretaria de Comunicação Social - SECOM.

§ 2º O processo principal permanecerá na secretaria do Núcleo de Hastas Públicas e nele serão juntados os originais dos atos praticados desde a instauração do procedimento.

Art. 38. As Varas do Trabalho deverão, no prazo de 10 (dez) dias da ciência da instauração do procedimento de penhora unificada, certificar em cada um dos processos afetados pelo procedimento de unificação de penhora que a execução está garantida por essa via, o que poderá representar substituição de penhora menos proveitosa, dando ciência às partes e abrindo prazo à(s) executada(s) para oposição de embargos à execução ou impugnação de cálculos, quando couber, aplicando-se o quanto disposto no artigo 3º, inciso VIII, deste Provimento.

§ 1º As partes ou terceiro interessado em discutir aspectos atinentes à penhora unificada deverão interpor a medida judicial somente no processo definido como principal, cujos efeitos alcançarão todos os demais processos habilitados.

§ 2º Interposta a medida judicial a que se refere o parágrafo anterior, serão intimados os advogados

integrantes da comissão de credores, que com sua atuação beneficiarão todos os demais credores, que ficam assim dispensados de se manifestar.

§ 3º Não sendo formada comissão de advogados de credores, interposta a medida judicial a que se refere o parágrafo 4º será intimado o advogado do credor do processo principal e será expedido ofício às Varas do Trabalho onde tramitam os demais processos afetados pela penhora unificada, cabendo às mesmas dar ciência ao exequente para manifestar-se diretamente no processo principal, sendo que a manifestação de qualquer dos credores, inclusive apenas o do processo principal, beneficiará os demais.

§ 4º Os embargos à penhora, nos termos do artigo 3º, XX deste Provimento, serão conhecidos e julgados pelos Juízes da Coordenadoria de Execução e Expropriação.

§ 5º Os Juízes da Coordenadoria de Execução e Expropriação são competentes para julgar os embargos de terceiro e apresentar informações no mandado de segurança e reclamação correicional, desde que relativos à penhora unificada.

§ 6º Os recursos contra as decisões proferidas no procedimento de penhora unificada deverão ser interpostos nos autos do processo definido como principal, hipótese em que os credores serão intimados nos termos definidos nos parágrafos 2º ou 3º deste artigo para, querendo, apresentar contrarrazões, após o que os autos serão remetidos à Segunda Instância.

§ 7º Os embargos à execução ou impugnação de cálculos relativos ao processo principal serão julgados pelos Juízes da Coordenadoria de Execução e Expropriação, enquanto o processo permanecer no Núcleo de Hastas Públicas. Art. 39. O direito de preferência dos credores a que se refere o artigo 36, VI deste Provimento, será definido observando-se a anterioridade da penhora incidente sobre o mesmo bem inserido no procedimento de penhora unificada, anterioridade de ajuizamento da ação e as preferências legais do idoso e do trabalhador acometido de moléstia grave.

§ 1º As preferências legais deverão ser invocadas pelas partes depois de formada a planilha e quando principiar o pagamento dos credores.

Art. 40. Enquanto os bens ou o patrimônio do executado não forem expropriados e o seu valor suportar novas garantias, poderão ser habilitados novos processos no procedimento de penhora unificada, inserindo-os na relação a que se refere o artigo 36, II, deste Provimento, dando-se ciência ao devedor e procedendo-se à averbação, quando se tratar de bem imóvel.

Art. 41. Compete aos Juízes da Coordenadoria de Execução e Expropriação designar audiência para tentativa de conciliação nos processos afetos à penhora unificada, a qualquer momento, a qual se fará por convocação de todos os credores pelo sítio do TRT5 e por edital publicado no

Diário Oficial Eletrônico do CSJT, sem prejuízo da utilização de outros meios que garantam a publicidade.

§ 1º Após a instauração do procedimento de penhora unificada a parte executada não poderá instaurar o procedimento de conciliação global no âmbito do Juízo de Conciliação de 2ª Instância, cabendo aos Juízes da Coordenadoria de Execução e Expropriação conhecer do pedido de conciliação global.

Art. 42. Formalizada a penhora unificada, cumpridas as notificações, informações e averbações essenciais, será imediatamente designada a hasta pública unificada dos bens constrictos no local onde se encontrem, observando-se o calendário de hasta pública definido pelo Núcleo de Hastas Públicas.

§ 1º Incumbe aos Juízes da Coordenadoria de Execução e Expropriação avaliar a concessão de efeitos suspensivos às medidas impugnativas propostas e os bens afetados por essa medida, somente excepcionalmente sobrestando a expropriação dos bens penhorados.

§ 2º Os bens individualmente penhorados em qualquer dos processos habilitados na penhora unificada, ainda que também tenham sido inseridos no procedimento unificado, poderão ser incluídos na hasta pública, pois o procedimento não gera suspensão dos atos executórios praticados individualmente nos referidos processos.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, havendo êxito na expropriação de bem ou patrimônio também inserido na penhora unificada, observar-se-á a ordem de preferência dos credores conforme definido na decisão a que se referem os artigos 36 e 37 deste Provimento.

Art. 43. Os pedidos de adjudicação formulados por credores inseridos na penhora unificada devem ser apreciados no processo principal do procedimento de penhora unificada, respeitando-se a ordem de preferência dos respectivos credores.

Art. 44. O pedido de alienação particular feito por qualquer das partes, desde que afetem bens inseridos na penhora unificada, será apreciado no processo principal.

Parágrafo único. Antes da decisão acerca do pedido de alienação particular relacionada a bem imóvel será solicitada da Fazenda Pública informações relativas a impostos pendentes de pagamento.

Art. 45. Das decisões relacionadas à adjudicação e alienação particular será dada ampla publicidade, com remessa de cópia para as Varas do Trabalho e publicação de editais no Diário Oficial Eletrônico do CSJT e avisos no sítio do TRT5.

Art. 46. À medida em que os bens forem sendo expropriados ou houver aporte de numerário no processo principal proveniente de conciliação, os valores atualizados de cada processo e observando-se a ordem de preferência, serão transferidos à disposição do Juízo das Varas do Trabalho

afetadas pelo procedimento de penhora unificada.

§ 1º Para cumprimento do disposto no caput as Varas do Trabalho serão intimadas a apresentar em 10 (dez) dias o valor atualizado de cada processo com previsão de transferência de crédito, valor este que deverá incorporar o principal, contribuições previdenciárias, fiscais, custas e despesas processuais.

§ 2º Transferido o valor a que se refere o caput deste artigo, o processo será excluído do procedimento.

Art. 47. Uma vez expropriados todos os bens constritos, ainda que não quitados todos os processos habilitados e desde que não localizados outros bens do(s) devedor(es), inclusive após exaustiva pesquisa empreendida pelo Núcleo de Apoio à Execução e Pesquisa Patrimonial, será proferida decisão terminativa do procedimento de penhora unificada, o que não afetará o curso normal dos processos pendentes nas respectivas Varas do Trabalho.

Art. 48. Os Juízes das Varas do Trabalho da capital ou dos Polos Regionais, uma vez localizando bens de devedor(es) comuns a outras unidades jurisdicionais da sua localidade, suscetíveis de satisfazer não apenas os processos em curso na sua respectiva unidade, mas também os em curso nas outras Varas, poderão instaurar o procedimento de penhora unificada, dando ciência à Coordenadoria de Execução e Expropriação e aos demais Juízos, aplicando-se, no que couber, as regras definidas neste Capítulo.

A controvérsia, então, se prende à legalidade do provimento, pois tanto as autoras - empresas que sofreram constrição judicial (quiçá, não por mera coincidência) e aqui combatem o ato normativo em tese -, como a própria atual presidência do TRT5 defendem que não há previsão legal ou constitucional. O tribunal, em suas informações, chega a deixar registrado que concorda com o pleito autoral "...entendendo a atual Presidência que deveria ser revista a norma, na medida que criou um procedimento de penhora sem previsão em lei", pois, "...cabe exclusivamente à União legislar sobre matéria atinente a processo (art. 22, I, da Constituição Federal)".

Este Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, § 4º, inc. II, da Constituição Federal, é competente para apreciar a legalidade dos atos administrativos praticados por órgãos do Poder Judiciário.

Sendo assim, vejamos.

De fato, a literalidade do citado art. 22, I, CF, não admite maiores tergiversações, sendo exclusiva da União a iniciativa de projeto de lei sobre matéria processual. Entretanto, a mesma Carta Magna consagra certa autonomia aos tribunais - notadamente arts. 96 e 99, CF -, como forma de garantir o pleno funcionamento administrativo (e financeiro) das unidades judiciárias. Lógica que permite amplo espaço regulamentar, desde que não invalide a legislação pátria e

tenha como fim a melhor prestação do serviço público voltado à prestação jurisdicional.

Com base nessas premissas, verifica-se que a Consolidação das Leis Trabalhistas, nos arts. 882 e 883, dispõe timidamente acerca do instituto da penhora. Tanto que, com base no art. 769 da CLT, aplica-se **subsidiariamente o Código de Processo Civil nos processos trabalhistas, em casos de omissão e não contradição**. Com isso, são atraídos os atuais arts. 831 e seguintes do CPC/2015, assim como eram, à época da edição do ato atacado, os arts. 652 e seguintes do CPC/73. A mesma subsidiariedade é autorizada a outros textos legais pertinentes, como no caso da Lei 6.830, de 22 de setembro de 1980.

A leitura do ato normativo impugnado conduz à tranquila conclusão que seus dispositivos em momento algum afrontam com o previsto na CLT ou no CPC – tanto o de 1973, como o de 2015 – no tocante à penhora. E mais, a motivação do provimento vai ao encontro do previsto no art. 28 da Lei 6.830/80, que estabelece a possibilidade de reunião de processos contra o mesmo devedor, “por conveniência da unidade da garantia da execução” (verbis).

Ou seja, o provimento, em si, não inovou ou atuou além os limites da lei, e nem mesmo “legislou”. Apenas regulamentou – como detalhes, como não poderia deixar de ser qualquer regulamentação – aquilo que já fora previsto em lei.

O poder regulamentar é característica própria e essencial à Administração Pública, como ensina o ilustre jurista Celso Antonio Bandeira de Mello, ao ressaltar que “a finalidade da competência regulamentar é a de produzir normas requeridas para a execução de leis quando estas demandem uma atuação administrativa a ser desenvolvida dentro de um espaço de liberdade exigente de regulação ulterior, a bem de uma aplicação uniforme da lei, isto é, respeitosa do princípio da igualdade de todos os administrados”.[1]

No mesmo sentido, o também ilustre José dos Santos Carvalho Filho disserta sobre o alcance do poder regulamentar frente ao princípio da legalidade na seguinte maneira:

Ao editar as leis, o Poder Legislativo nem sempre possibilita que sejam elas executadas. Cumpre, então, à Administração criar os mecanismos de complementação das leis indispensáveis a sua efetiva aplicabilidade. Essa é a base do poder regulamentar.

Poder regulamentar, portanto, é a prerrogativa conferida à Administração Pública de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação. A prerrogativa, registre-se, é apenas para complementar a lei; não pode, pois, a Administração alterá-la a pretexto de estar regulamentando. Se o fizer, cometerá abuso de poder regulamentar, invadindo a competência do Legislativo. Por essa razão, o art. 49, V, da CF, autoriza o Congresso Nacional a sustar atos normativos que

extrapolem os limites do poder de regulamentação.

Registre-se, por oportuno, que, ao desempenhar o poder regulamentar, a Administração exerce inegavelmente função normativa, porquanto expede normas de caráter geral e com grau de abstração e impessoalidade, malgrado tenham elas fundamento de validade na lei. Como assinala autorizada doutrina, a função normativa é gênero no qual se situa a função legislativa, o que significa que o Estado pode exercer aquela sem que tenha necessariamente que executar esta última. É na função normativa geral que se insere o poder regulamentar. [2]

Nesse diapasão, ao contrário do que afirmam os requerentes, a "penhora unificada" do TRT5 não é um instituto novo de ato executivo, mas tão somente a materialização da penhora, meramente no sentido complementar e de operacionalizar, tendo em vista o princípio da eficiência na administração pública e a necessidade da rápida prestação jurisdicional, mormente se considerada a seara trabalhista.

Não bastasse, a "penhora unificada" potencializa o ato executivo pela administração judiciária, em favor dos credores, uma vez que se poderá com mais facilidade ter acesso aos bens dos devedores, o que, sem nenhuma dúvida, atende ao postulado da devida prestação jurisdicional, concretizado no princípio do devido processo legal, medida que deveria ser incentivada e aperfeiçoada, uma vez que traz mais benefícios aos jurisdicionados de forma geral e contribui para a efetividade do serviço público a cargo do Poder Judiciário. Tal medida, todavia, não retira dos credores os seus direitos básicos dentro do processo judicial, tais como o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes.

De mais disso, ainda que se utilizando do procedimento da "penhora unificada", as decisões judiciais devem ser devidamente fundamentadas nos requisitos impostos pela legislação processual civil. Em verdade, a "penhora unificada", da forma como está regulamentada, mais se assemelha mais a um banco de dados do que propriamente a atos executivos das varas trabalhistas do TRT5, uma vez que a penhora, em si, se dará exclusivamente com os critérios materiais contidos na legislação processual trabalhista e civil. Em outras palavras, a "penhora unificada" apenas materializa os atos executivos permitidos mediante a penhora. Trata-se apenas de mera ferramenta prevista pelo tribunal com o fim de dar cumprimento às suas decisões, não se confundindo com o instituto jurídico da penhora.

Toda esta análise revela que, do ponto de vista formal, nada aparenta que o provimento do TRT5 tenha extrapolado os limites da legalidade, pois se encontra dentro da esfera da competência normativa dos processos trabalhista - e mais, dentro dos princípios que norteiam a própria CLT e a legislação subsidiária.

Não obstante tal enfoque e consequente constatação, ainda

que dúvida restasse, o art. 35 do Provimento Conjunto GP-GCRTRT5 nº 0010/2015 deixa expresso que não se trata de comando impositivo, nem obriga todos os magistrados trabalhistas do regional: "Os Juízes da Coordenadoria de Execução e Expropriação poderão determinar a penhora unificada de bem ou patrimônio do(s) executado(s)...". Ou seja, o Tribunal apenas criou uma faculdade, uma possibilidade - uma ferramenta, enfim - colocada à disposição dos juízes competentes, se entenderem que haverá, com a sua aplicação, maior celeridade e efetividade processual. A mera ausência de caráter coercitivo ou impositivo afasta a hipótese de efeito legislante do ato administrativo ora atacado.

Em suma, o TRT5 se valeu, à época, de forma escoreta do seu poder regulamentar.

Observe-se, a título de exemplo de exercício do poder regulamentar, a Resolução 61/2008 deste próprio Conselho Nacional de Justiça, estendendo a todo Poder Judiciário a possibilidade da utilização do sistema BacenJud, a partir de experiência ocorrida na Justiça do Trabalho. Pois bem, tal resolução foi impugnada perante o Supremo Tribunal Federal, sob argumentos bastante similares aos aqui utilizados pelos autores do presente PCA. Entretanto, a Suprema Corte validou a atuação do CNJ, invocando o poder administrativo regulamentar:

CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. ATRIBUIÇÕES. ART. 103-B DA CF. EXPEDIÇÃO DE ATOS REGULAMENTARES. DETERMINAÇÃO AOS MAGISTRADOS DE PRÉVIO CADASTRAMENTO NO SISTEMA "BACENJUD". COMANDO ABSTRATO. CONSTITUCIONALIDADE. PRESERVAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA LIBERDADE DE CONVICÇÃO E DA PERSUAÇÃO RACIONAL. SEGURANÇA DENEGADA.

I - O art. 103-B da Constituição da República, introduzido pela Emenda Constitucional n. 45/2004, dispõe que o Conselho Nacional de Justiça é órgão com atribuições exclusivamente administrativas e correicionais, ainda que, estruturalmente, integre o Poder Judiciário.

II - No exercício de suas atribuições administrativas, encontra-se o poder de "expedir atos regulamentares". Esses, por sua vez, são atos de comando abstrato que dirigem aos seus destinatários comandos e obrigações, desde que inseridos na esfera de competência do órgão.

III - O Conselho Nacional de Justiça pode, no lido exercício de suas funções, regulamentar condutas e impor a toda magistratura nacional o cumprimento de obrigações de essência puramente administrativa.

IV - A determinação aos magistrados de inscrição em cadastros ou sítios eletrônicos, com finalidades estatística, fiscalizatória ou, então, de viabilizar a materialização de ato processual insere-se perfeitamente nessa competência regulamentar.

V - Inexistência de violação à convicção dos magistrados, que remanescem absolutamente livres para determinar ou não

a penhora de bens, decidir se essa penhora recairá sobre este ou aquele bem e, até mesmo, deliberar se a penhora de numerário se dará ou não por meio da ferramenta denominada "BACEN JUD".

VI - A necessidade de prévio cadastramento é medida puramente administrativa que tem, justamente, o intuito de permitir ao Poder Judiciário as necessárias agilidade e efetividade na prática de ato processual, evitando, com isso, possível frustração dos objetivos pretendidos, dado que o tempo, no processo executivo, corre em desfavor do credor.

VII - A "penhora on line" é instituto jurídico, enquanto "BACEN JUD" é mera ferramenta tendente a operacionalizá-la ou materializá-la, através da determinação de constrição incidente sobre dinheiro existente em conta-corrente bancária ou aplicação financeira em nome do devedor, tendente à satisfação da obrigação.

VIII Ato administrativo que não exorbita, mas, ao contrário, insere-se nas funções que constitucionalmente foram atribuídas ao CNJ.

IX - Segurança denegada.

(MS 27621, Relator Min. CÁRMEN LÚCIA, Relator p/ Acórdão: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 07/12/2011, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-092 DIVULG 10-05-2012 PUBLIC 11-05-2012) (grifos meus)

Vê-se, pois, que a observância do art. 22, I, da Constituição Federal não importa no impedimento de os tribunais, no âmbito de suas autonomias internas, regulamentarem administrativamente matéria que digam respeito ao bom funcionamento das unidades judiciárias, nos limites da lei, ainda que, por via reflexa, possam produzir alguns efeitos nos processos que ali tramitam.

Deve ser registrado, ainda, que o fato de a atual presidência do TRT da 5ª Região considerar ser ilegal o Provimento Conjunto 20/2015 não importa na consequente procedência do pleito deste PCA. Não se vislumbra aqui a ilegalidade alegada tanto pelos autores, como pela ilustre presidente do TRT5, nada impedindo, porém, que a própria administração exerça seu poder de autotutela, se assim entender conveniente e oportuno, nos termos da Súmula 473 do STF.

Todavia, exclusivamente para fins do objeto do presente PCA, não se verifica que o Provimento Conjunto GP-GCRT5 nº 0010/2015 tenha extrapolado os limites legais, exercitando o TRT da 5ª Região, à época, o seu poder regulamentar, sem invadir a área legislativa.

Ante o exposto, **julgo improcedentes** os pedidos formulados, conforme fundamentação acima.

Intimem-se as partes.

Após a decorrência do prazo recursal, não havendo

insurgência, arquivem-se os autos, independentemente de conclusão.

Brasília, data registrada no sistema.

GUSTAVO TADEU ALKMIM

Conselheiro Relator

Em que pesem as argumentações lançadas pelos requerentes nos PCAs n. 0002727-29.2018.2.00.0000 e n. 0003650-55.2018.2.00.0000 e as considerações bem colocadas pelos ora recorrentes no PCA n. 0007234-04.2016.2.00.0000, não vislumbro razões para modificar o judicioso entendimento manifestado na decisão anteriormente proferida.

Como ficou claro, o ato normativo editado pelo TRT5 não inovou no ordenamento jurídico, mas tão somente definiu um procedimento para operacionalizar a penhora de forma mais eficiente, com a finalidade de uma rápida prestação jurisdicional:

De mais disso, ainda que se utilizando do procedimento da "penhora unificada", as decisões judiciais devem ser devidamente fundamentadas nos requisitos impostos pela legislação processual civil. Em verdade, a "penhora unificada", da forma como está regulamentada, mais se assemelha mais a um banco de dados do que propriamente a atos executivos das varas trabalhistas do TRT5, uma vez que a penhora, em si, se dará exclusivamente com os critérios materiais contidos na legislação processual trabalhista e civil. Em outras palavras, a "penhora unificada" apenas materializa os atos executivos permitidos mediante a penhora. Trata-se apenas de mera ferramenta prevista pelo tribunal com o fim de dar cumprimento às suas decisões, não se confundindo com o instituto jurídico da penhora.

Ademais, o ato administrativo impugnado está em consonância com a legislação processual pátria, aplicada subsidiariamente aos processos trabalhistas, em caso de omissão e não contradição.

Vale dizer, não paira qualquer dúvida sobre a legalidade do ato editado pelo TRT5.

O Tribunal requerido agiu dentro de seu poder regulamentar, conforme acentuado na decisão proferida nos autos do PCA n. 0007234-04.2016.2.00.0000 (Id. 2163037), que bem invocou precedente do Supremo Tribunal Federal (MS 27621, Rel. Min. Cármen Lúcia), no qual, apreciando argumentos bastantes similares aos dos ora recorrentes, ratificou o poder administrativo regulamentar deste Conselho ao editar

a Resolução n. 61/2008, a fim de estender a todo o Poder Judiciário a possibilidade da utilização do sistema BacenJud, a partir da experiência ocorrida na Justiça do Trabalho:

CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. ATRIBUIÇÕES. ART. 103-B DA CF. EXPEDIÇÃO DE ATOS REGULAMENTARES. DETERMINAÇÃO AOS MAGISTRADOS DE PRÉVIO CADASTRAMENTO NO SISTEMA "BACENJUD". COMANDO ABSTRATO. CONSTITUCIONALIDADE. PRESERVAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA LIBERDADE DE CONVICÇÃO E DA PERSUASÃO RACIONAL. SEGURANÇA DENEGADA.

I - O art. 103-B da Constituição da República, introduzido pela Emenda Constitucional n. 45/2004, dispõe que o Conselho Nacional de Justiça é órgão com atribuições exclusivamente administrativas e correicionais, ainda que, estruturalmente, integre o Poder Judiciário.

II - No exercício de suas atribuições administrativas, encontra-se o poder de "expedir atos regulamentares". Esses, por sua vez, são atos de comando abstrato que dirigem aos seus destinatários comandos e obrigações, desde que inseridos na esfera de competência do órgão.

III - O Conselho Nacional de Justiça pode, no lícito exercício de suas funções, regulamentar condutas e impor a toda magistratura nacional o cumprimento de obrigações de essência puramente administrativa.

IV - A determinação aos magistrados de inscrição em cadastros ou sítios eletrônicos, com finalidades estatística, fiscalizatória ou, então, de viabilizar a materialização de ato processual insere-se perfeitamente nessa competência regulamentar.

V - Inexistência de violação à convicção dos magistrados, que remanescem absolutamente livres para determinar ou não a penhora de bens, decidir se essa penhora recairá sobre este ou aquele bem e, até mesmo, deliberar se a penhora de numerário se dará ou não por meio da ferramenta denominada "BACEN JUD".

VI - A necessidade de prévio cadastramento é medida puramente administrativa que tem, justamente, o intuito de permitir ao Poder Judiciário as necessárias agilidade e efetividade na prática de ato processual, evitando, com isso, possível frustração dos objetivos pretendidos, dado que o tempo, no processo executivo, corre em desfavor do credor.

VII - A "penhora on line" é instituto jurídico, enquanto "BACEN JUD" é mera ferramenta tendente a operacionalizá-la ou materializá-la, através da determinação de constrição incidente sobre dinheiro existente em conta-corrente bancária ou aplicação financeira em nome do devedor, tendente à satisfação da obrigação.

VIII - Ato administrativo que não exorbita, mas, ao contrário, insere-se nas funções que constitucionalmente foram atribuídas ao CNJ.

IX - Segurança denegada.

(MS 27621, Relator Min. CÁRMEN LÚCIA, Relator p/ Acórdão: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 07/12/2011, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-092 DIVULG 10-05-2012 PUBLIC 11-05-2012)

Quanto ao argumento específico levantado em relação à afronta aos arts. 22, inciso I, e 61, §1º, II, "a", da Constituição Federal, no sentido da incompetência para a edição do ato e da criação de vagas de 3 (três) juízes e 14 (quatorze) servidores por provimento e não por lei em sentido estrito, lembro que o controle abstrato de leis e atos normativos não está inserido dentro das competências atribuídas a este Conselho pelo art. 103-B, § 4º, da Constituição Federal, razão pela qual impossível conhecer da matéria, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. NÃO CONHECIMENTO DE PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. EXERCÍCIO DE CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE PELO CNJ. IMPOSSIBILIDADE. MANDADO DE SEGURANÇA A QUE SE NEGOU PROVIMENTO. AGRAVO IMPROVIDO. **I - O Conselho Nacional de Justiça, embora seja órgão do Poder Judiciário, nos termos do art. 103-B, § 4º, II, da Constituição Federal, possui, tão somente, atribuições de natureza administrativa e, nesse sentido, não lhe é permitido apreciar a constitucionalidade dos atos administrativos, mas somente sua legalidade.** II - Agravo improvido. (STF, Tribunal Pleno, MS 28872 AgR/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 24/02/2011, p. DJe 18/03/2011).

De todo modo, quanto à criação de vagas por provimento, observo que houve unicamente a definição da composição da Coordenadoria de Execução e Expropriação, mediante a reorganização de cargos já existentes, e sobre os quais o Tribunal detém plena autonomia de realocação.

Suscita-se, ainda, nos autos do PCA 0002727-29.2018.2.00.0000 e 0003650-55.2018.2.00.0000, que o TRT5 não teria observado os arts. 96, I, "a" da Constituição Federal e 21, III, da LOMAN, porque a Coordenadoria de Execução e Expropriação não teria previsão no Regimento Interno do Tribunal como órgão com competência jurisdicional.

Nesse ponto, observo que a Coordenadoria foi criada por ato de delegação da Presidência, conforme art. 1º, § 2º do Provimento GP-GCRT5 n. 1, de 22.03.2010:

Art. 1º Criar no âmbito deste Tribunal Regional a Central de Execução e Expropriação, que será constituída pelo Serviço de Distribuição de Mandados e Avaliação; Departamento de Hastas Públicas e Departamento de Inteligência.

§ 1º A Central de Execução e Expropriação será composta por três Juízes, um Juiz Titular, que funcionará como Coordenador Geral, e dois Juízes Substitutos, todos designados pelo Presidente do Tribunal;

§ 2º Os Juízes do Trabalho a que se refere o § 1º atuarão conjunta ou separadamente em todas as unidades que compõem a Central de Execução e Expropriação, mediante delegação, e terão a atribuição de solucionar todas as demandas que lhes forem apresentadas relativas aos processos em fase de expropriação, inclusive aquelas apresentadas pelos Oficiais de Justiça, quando do cumprimento das diligências, proferindo também as decisões que se fizerem necessárias, a exemplo de Embargos à Arrematação e Adjudicação; expedição de Mandados de Arrombamento e requisição de força policial.

A nova disciplina dada ao tema pelo Provimento Conjunto GP-GCTRT5 n. 10, de 2015, reafirma que a atuação da Coordenadoria de Execução e Expropriação em temas jurisdicionais se dá por delegação da Presidência. É este o teor do art. 3º do mencionado ato regulamentar:

Art. 3º Os Juízes da Coordenadoria de Execução e Expropriação têm atuação conjunta ou separadamente em todas as unidades definidas no artigo 1º deste Provimento, com a atribuição de contribuir para solucionar as demandas executórias que lhes forem apresentadas e relativas aos processos da capital ou do interior, com competência delegada e definida neste Provimento para: (...) (g. n.)

Assim, considerando que a Presidência é órgão jurisdicional previsto no Regimento Interno do TRT5 (art. 6º, V), não prospera a alegação dos requerentes.

Argui-se, ademais, que, após a edição da Lei 13.467/2017, a atividade da Coordenadoria de Execução e Expropriação – Núcleo de Hastas Públicas alcançaria apenas os processos cujas partes não estivessem representadas por advogados, pois a nova redação do art. 878 da CLT excluiu a competência do Presidente do Tribunal para promover a execução de ofício.

Todavia, entendo igualmente que este ponto não macula a

legalidade do ato normativo editado pelo TRT5, porquanto a nova redação do art. 878 da CLT veda tão somente a atuação de ofício do Presidente do Tribunal e não a existência em si do procedimento da penhora unificada, o que obviamente não impede, como bem observou o requerido, que as partes que estiverem representadas por advogado iniciem ou impulsionem a execução trabalhista e, a partir daí, esses feitos possam ter regular tramitação pela estrutura administrativa preparada pelo Tribunal para conferir celeridade às execuções trabalhistas no âmbito de sua jurisdição.

Ademais, como bem assentado pela decisão monocrática proferida nos autos do PCA 0007234-04.2016.2.00.0000, o ato normativo editado pelo TRT5 *"não retira dos credores os seus direitos básicos dentro do processo judicial, tais como o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes"*, o que evidentemente propicia às partes a devida impugnação judicial dos atos que eventualmente contrariem a nova premissa do art. 878 da CLT.

Ante o exposto, com fundamento no art. 25, VII, do RICNJ, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido nos PCAs 0002727-29.2018.2.00.0000 e 0003650-55.2018.2.00.0000 e **NEGO PROVIMENTO** ao recurso administrativo no PCA 0007234-04.2016.2.00.0000 e mantenho a decisão monocrática, por seus judiciosos fundamentos.

É como voto.

Intimem-se as partes.

Brasília, 25 de outubro de 2018.

HENRIQUE ÁVILA

Conselheiro Relator



Assinado eletronicamente por: **HENRIQUE DE ALMEIDA AVILA**

05/02/2019 11:47:35

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **3538734**



19020511473513900000003197035